

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA: O CASO DOS IMIGRANTES DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA¹

DIOGO GASPAR SILVA²

RESUMO

A desigualdade socioeconómica e a sua expressão espacial parecem estar em crescimento na maioria das áreas metropolitanas europeias, devendo considerar-se as migrações internacionais como um dos processos que lhes é inerente. Sendo frequentemente percecionada como uma ameaça para a coesão socioterritorial, existe ainda algum défice nos estudos sobre as dimensões socioeconómicas da desigualdade nas áreas metropolitanas, sobretudo as que se associam a dinâmicas globais como as migrações. Este artigo procura compreender a distribuição espacial dos imigrantes naturais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e sistematizar, através de uma análise multivariada, as dimensões que caracterizam a estrutura socioeconómica das áreas residenciais da AML, utilizando-as, posteriormente, como base explicativa para os padrões residenciais dos imigrantes africanos. A informação mobilizada e tratada provém do recenseamento populacional português de 2011. Os resultados indicam que a sobrerrepresentação deste grupo de imigrantes está associada a áreas de maior privação socioeconómica, designadamente a situações de vulnerabilidade no mercado laboral, afetando, consequentemente, o seu acesso à habitação condigna. No final, e face aos resultados obtidos, apresentam-se algumas sugestões de medidas de política pública direcionadas para uma habitação mais inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: *Segregação socioespacial; Estruturas socioeconómicas*

¹ Trabalho submetido em 10/08/18 e aprovado em 28/12/18. Para citar este artigo: SILVA, D. G. Segregação socioespacial e características socioeconómicas da Área Metropolitana de Lisboa: o caso dos imigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 33, n. 2, p. [in press], jul./dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

² Mestrando em Geografia Humana: Globalização, Sociedade e Território pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Portugal. E-mail: diogosilva4@campus.ul.pt.

urbanas; Imigrantes dos Palop; Área Metropolitana de Lisboa.

SOCIOESPACIAL SEGREGATION AND SOCIOECONOMIC CHARACTERISTICS OF THE LISBON METROPOLITAN AREA: THE CASE OF AFRICAN PORTUGUESE-SPEAKING IMMIGRANTS

ABSTRACT

Socioeconomic inequality and its spatial expression appear to be growing in most European metropolitan areas, and international migration must be considered as one of the main influential processes. Often perceived as a threat to socio-territorial cohesion, there is still a deficit in studies on the socioeconomic dimensions of inequality in metropolitan areas, especially those associated with global dynamics such as migration. This article aims at understanding the spatial distribution of immigrants born in Portuguese-speaking African countries in the Lisbon Metropolitan Area (LMA), and to systematize through a multivariate analysis the dimensions that characterize the socio-economic structure of the residential areas that make up the LMA, using them afterwards as an explanatory basis for the residential patterns of African immigrants. The information used refers to the 2011 Portuguese population census. Results indicate the over-representation of this group of immigrants is associated with areas of greater socioeconomic deprivation, namely situations of vulnerability in the labor market, which consequently affect their access to quality housing. Finally, considering the results obtained, the study offers some suggestions of public policy measures directed toward more inclusive housing conditions.

KEYWORDS: Socio-spatial segregation; Urban socio-economic structures; African Portuguese-speaking immigrants; Lisbon Metropolitan Area.

SEGREGACIÓN SOCIO-ESPACIAL Y LAS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS DEL ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA: EL CASO DE LOS INMIGRANTES DE PAÍSES AFRICANOS DE HABLA PORTUGUESA

RESUMEN

La desigualdad socioeconómica y su expresión espacial parecen estar en crecimiento en la mayoría de las áreas metropolitanas europeas, y deben considerarse las migraciones internacionales como uno de los procesos que les son inherentes. Percibida a menudo como una amenaza para la cohesión socioterritorial, todavía hay un déficit en los estudios sobre las dimensiones socioeconómicas de la desigualdad en estas áreas metropolitanas, sobre todo las que se relacionan a dinámicas globales como las migraciones. En este artículo se propone comprender la distribución espacial de los inmigrantes naturales de los países africanos de habla portuguesa en el Área Metropolitana de Lisboa (AML) y sistematizar, a través de un análisis multivariado, las dimensiones que caracterizan la estructura socioeconómica de las zonas residenciales de la AML, utilizándolas posteriormente como base explicativa para los patrones residenciales de los inmigrantes africanos. La información recolectada y tratada proviene del Censo de la población portuguesa de 2011. Los resultados apuntan que la sobrerrepresentación de este grupo de inmigrantes está asociada con áreas de mayor privación socioeconómica, incluidas las situaciones de vulnerabilidad en el mercado laboral, afectando su acceso a la vivienda decente. Finalmente, y frente a los resultados obtenidos, el estudio presenta algunas sugerencias de medidas de políticas públicas dirigidas a una vivienda más inclusiva.

PALABRAS CLAVE: Segregación socioespacial; Estructuras socioeconómicas urbanas; Inmigrantes de los PAHP; Área Metropolitana de Lisboa

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, tem-se emancipado um discurso algo dicotómico na acomodação da diferença, ora aludindo às externalidades positivas do contacto e da vivência em espaços superdiversos, ora diabolizando os impactos da crescente diversificação nos espaços urbanos (LAURENCE; BENTLEY, 2016; LETKI, 2008; PUTMAN, 2007; VALENTINE, 2008). Parece indiscutível que as cidades e áreas metropolitanas, sobretudo as que se projetam numa escala global, são cosmopolitas e diversas em termos culturais e étnicos, constituindo também os espaços mais internacionalizados. Porém, contrariamente às cidades do norte europeu, o nível de diversidade de países de origem dos imigrantes (cidadãos nascidos em outros países) nas cidades do sul europeu, incluindo Lisboa, tende a ser mais reduzido (VERTOVEC, 2007; PRATSINAKIS et al., 2017). Contudo, desde o final dos anos 1970, a diversidade de imigrantes de diferentes países de origem tem aumentado em Portugal, e, em 2011, a proporção de indivíduos imigrantes residentes na Área Metropolitana de Lisboa (AML)³ ascendia a 13,9% (INE, 2011).

Por isso, nos últimos anos, a discussão sobre a dimensão inclusiva das cidades tem-se acentuado (AMIN, 2002; PRATSINAKIS et al., 2017; VALENTINE, 2008; VERTOVEC, 2007). O espaço residencial constitui, na sua totalidade, um elemento fundamental para a inclusão dos imigrantes. Contudo, grande parte dos estudos tem feito uma análise focada na distribuição residencial dos imigrantes de diferentes origens, abordagem que remete para os paradigmas da Escola Ecológica de Chicago e os princípios da ecologia factorial que lhe sucederam, o que tem como consequência uma desvalorização das características socioeconómicas das áreas residenciais onde determinados grupos de imigrantes aparecem sobrerrepresentados.

Assim, este artigo procura, além de compreender a distribuição espacial dos imigrantes naturais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop), evidenciar o padrão de distribuição das tipologias socioeconómicas das áreas residenciais na AML, procedendo ao cruzamento destas duas componentes. Consideramos um desafio que os investigadores em ciências sociais e os decisores políticos compreendam a relação existente entre as características socioeconómicas das áreas residenciais e os efeitos de integração e de coesão que podem bifurcar-se

³ Sugere-se a consulta do Anexo A, que enquadra geograficamente a Área Metropolitana de Lisboa e onde se identificam e caracterizam sumariamente as suas divisões administrativas.

numa dimensão relacional, que envolve a solidariedade orgânica ou a extensão e qualidade das redes sociais, e numa dimensão cultural, que integra a partilha de valores entre as comunidades e a formação de uma identidade grupal (KEARNS; FORREST, 2000).

O artigo estrutura-se em seis secções. Em primeiro lugar, a introdução compagina o problema e os objetivos da investigação, seguida do aparelho metodológico. A terceira secção é dedicada a uma reflexão teórica sobre a dimensão inclusiva dos espaços urbanos, refletindo-se ainda sobre as temporalidades e espacialidades da imigração africana na AML, apresentando-se também as características socioeconómicas das áreas residenciais onde este grupo tende a estar sobrerrepresentado. A quarta secção é destinada à apresentação dos resultados e a quinta à sua discussão. Por fim, a sexta parte apresenta uma síntese dos resultados obtidos e contempla a discussão de medidas de política pública que podem ser formuladas para estimular uma política de habitação mais inclusiva.

2 METODOLOGIA

A investigação apresenta uma dimensão teórica e uma dimensão empírica. A primeira dimensão está ancorada na reflexão teórica dos espaços de diversidade e de inclusão, particularmente numa discussão conceitual da segregação residencial de base socioeconómica. É ainda realizado um breve enquadramento sobre as temporalidades e as espacialidades do grupo de imigrantes com a mais longa história em Portugal. A dimensão empírica está ancorada em métodos quantitativos que permitirão caracterizar socioeconomicamente as áreas residenciais e particularmente aquelas onde, em 2011, se registou uma maior sobrerrepresentação geográfica dos imigrantes naturais dos Palop⁴. A escolha deste grupo resulta, por um lado, da sua longa história de integração em Portugal e, ao mesmo tempo, da sua localização relativamente estática na AML.

Em termos de método, esta segunda dimensão estrutura-se em três fases. Em primeiro lugar, determinaram-se as áreas de sobrerrepresentação dos imigrantes naturais dos Palop, tendo-se calculado os quocientes de localização (QL) deste grupo em cada uma das unidades territoriais (freguesias), através da fórmula:

⁴ Os resultados que se apresentarão decorrem do registo censitário relativo aos cidadãos nascidos em outros países, concretamente os Palop, e que vieram residir para Portugal. Adota-se, assim, enquanto critério de análise, o conceito de imigrante e não de estrangeiro.

$$QL = \frac{X_{rj} \div X_{pj}}{X_r \div X_p}$$

Onde:

X_{rj} – população do grupo *j* na unidade territorial *r*

X_r – população total na unidade territorial *r*

X_{pj} – população do grupo *j* na área de estudo *p*

X_p – população total na área de estudo *p*

Assim, valores <1 significam uma expressão do grupo *j* na unidade territorial *r* inferior à representação média desse grupo na área de estudo *p*; valores >1 significam que a expressão de um determinado grupo, *j*, numa unidade territorial, *r*, é superior à média verificada na área de estudo *p*. Assim, um *QL*>1 numa determinada unidade territorial implica uma sobre-representação de imigrantes naturais dos Palop comparativamente com a média da AML. Esta variável constitui, por isso, a variável dependente do modelo de regressão que explicitaremos de seguida.

Em segundo lugar, e em articulação com a dimensão teórica, identificaram-se as dimensões que permitem caracterizar socioeconomicamente as áreas residenciais. Dada a natureza da investigação e dos seus objetivos, optou-se pela recolha indireta de informação. Assim, as variáveis independentes que irão caracterizar cada uma das dimensões foram recolhidas no último recenseamento populacional, implementado em 2011 pelo Instituto Nacional de Estatística. Após essa recolha foi construído um modelo de regressão linear, aplicando-se o método *stepwise*, permitindo compreender a percentagem de explicação da variação dos *QL* com a introdução de cada variável independente de caracterização socioeconómica no modelo (*F*=0,01).

A terceira fase compreende a operacionalização de uma análise fatorial em componentes principais (ACP), o que irá reduzir as variáveis iniciais a um conjunto menor de fatores correspondentes a variáveis secundárias que permitem descrever e explicar de uma forma mais clara e sintética as características socioeconómicas das áreas residenciais. A representação cartográfica dos *scores* obtidos pelas freguesias nos principais fatores complementa esta terceira fase.

3 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

3.1 CIDADE: ESPAÇO DE DIVERSIDADE E DE INCLUSÃO

As cidades e as áreas metropolitanas, sobretudo as que se projetam numa escala internacional ou global, são cosmopolitas e diversas, constituindo espaços com uma intensa diversificação da população em termos socioeconómicos, sociais e étnicos (ESTEVES, 2004; MALHEIROS, 2005; VERTOVEC, 2007). Porém, se considerarmos a diversidade mensurada através das origens dos imigrantes, é significativa a proporção de população imigrante nas cidades do norte europeu com uma longa tradição imigratória, como Londres ou Paris. Pelo contrário, as cidades do sul e leste europeus apresentam níveis de internacionalização mais reduzidos, resultado da história imigratória mais recente (VERTOVEC, 2007; PRATSINAKIS et al., 2017).

Glaeser (2012) apresentou as cinco características que podem tornar uma cidade próspera, justa e bem-sucedida. Entre elas encontramos a teoria das *smartcities* e a teoria da cidade inclusiva. O planeamento das cidades do futuro, através da teoria das *smartcities*, deve garantir a valorização de uma cidade que aceite a diversidade como um elemento endémico, convergindo para a consolidação de uma cidade inclusiva (KONDEPUDI; KONDEPUDI, 2015). Contudo, estudos recentes apontam que a segregação espacial, enquanto processo que demonstra que os indivíduos com características semelhantes tendem a agrupar-se num mesmo espaço, sendo excluídos de outros espaços (ARBACI; MALHEIROS, 2010), resulta em larga medida das características socioeconómicas da população residente, afetando o direito à habitação condigna dos grupos mais vulneráveis socioeconomicamente. Por outro lado, se os diferentes regimes de Estado-providência mitigam as desigualdades de rendimento, a redução do mercado de habitação social implica que a concentração dos grupos mais vulneráveis socioeconomicamente seja feita em áreas residenciais que se caracterizam pela fraca qualidade do parque habitacional (ARBACI, 2007; ARBACI; MALHEIROS, 2010; FONSECA, 1998; KNOX; PINCH, 2010; MUSTERDet al., 2017; UNIÃO EUROPEIA; ONU-HABITAT, 2016).

A importância da habitação deve ser, assim, analisada enquanto elemento facilitador da integração. Enquanto alguns estudos afirmam que a concentração espacial de imigrantes pode revelar consequências negativas para a coesão social e territorial (ARBACI; MALHEIROS, 2010; FONSECA; MCGARRIGLE, 2013; MALHEIROS; VALA, 2004a), outros têm desafiado esta perspectiva (LAURENCE; BENTLEY, 2016; STURGIS et al., 2014). Consequentemente, e por um lado, a diversidade étnica no

espaço urbano pode ser sinónimo de conflito (BLALOCK, 1967) nos ambientes sociais diversos que tendem a induzir um sentimento de ameaça entre os grupos minoritários e majoritários (ARBACI; MALHEIROS, 2010; LAURENCE; BENTLEY, 2016; STURGIS et al., 2014), mas, por outro lado, pode promover o contacto direto entre membros de diferentes grupos (MALHEIROS; FONSECA, 2011).

3.2 IMIGRANTES NATURAIS DOS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA: TEMPORALIDADES E ESPACIALIDADES DAS VAGAS IMIGRATÓRIAS

Contrariamente à maioria dos grupos imigrantes, os cidadãos dos Palop apresentam uma longa relação histórica com a metrópole. Além de constituírem o primeiro grande grupo de imigrantes do “Portugal imigratório”, a independência das colónias em 1974 e 1975 significou o reforço deste grupo que procurava em Lisboa melhores condições de vida e emprego (ESTEVES, 2004). Como destaca McGarrigle (2015), a análise dos contextos espaço-temporais deve ser considerada, uma vez que os padrões de localização variam em função das conjunturas.

Assim, nas décadas de 1960 e 1970, Portugal começou a registar um incremento na imigração, tendo recebido inicialmente um contingente cabo-verdiano destinado a colmatar défices de mão-de-obra em atividades como a construção civil e as obras públicas e que se alargou substancialmente a partir de 1975 como resultado do processo de descolonização de todos os Palop. Segundo Malheiros (2005), além da intensificação dos contingentes de indianos, paquistaneses, chineses e de brasileiros, os anos 1980 e 1990 caracterizam-se pela diversificação dos imigrantes africanos com a chegada significativa de angolanos e guineenses nos anos 1990 (ARBACI; MALHEIROS, 2010; MCGARRIGLE, 2015). Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1986, registou-se uma alavancagem económica do país, apesar de se ter registado uma segmentação laboral socioétnica: os imigrantes do sexo masculino naturais dos Palop concentravam-se nos setores da construção civil, enquanto as mulheres estavam associadas a atividades domésticas, residindo em áreas suburbanas, principalmente na AML (ARBACI; MALHEIROS, 2010; MALHEIROS, 2005; MALHEIROS; VALA, 2004b).

As temporalidades das sucessivas vagas imigratórias estão relacionadas com as espacialidades. Por isso, a localização espacial dos diferentes grupos étnicos está relacionada com as características socioeconómicas dos indivíduos e, portanto, com a sua vulnerabilidade social, relacionada com o seu estatuto social (BURTON; CUTTER,

2008). Os imigrantes africanos aparecem sobrerrepresentados nas áreas suburbanas da primeira coroa desde os anos 1960 e 1970, particularmente em áreas onde o preço e a qualidade de habitação são mais reduzidos (BAYONA-CARRASCO; GIL-ALONSO, 2011; MALHEIROS; VALA, 2004a; MCGARRIGLE, 2015). Ainda assim, os imigrantes provenientes dos Palop registaram melhorias significativas nas condições de habitação com os resultados do Programa Especial de Realojamento (PER), iniciado em 1993, facto que contribuiu para a localização relativamente estática deste grupo e que foi igualmente beneficiada pela construção de urbanizações privadas de baixo custo, configurando, assim, uma rutura com os bairros de edifícios clandestinos e precários onde antes residiam (ESTEVES, 2004; MALHEIROS; VALA, 2004a). Esta realidade permite integrar Portugal nos modelos de providência do sul europeu. Contrariamente aos modelos distributivos, o modelo do sul caracteriza-se por uma construção de habitação diferenciada entre classes e de desenvolvimento especulativo privado, que tem marginalizado o acesso aos grupos de menores rendimentos a habitação de qualidade, sendo confinados a áreas de habitação degradada para arrendamento, ao mercado de arrendamento social, quando existente, ou ao mercado de habitação informal (ARBACI, 2007, 2008; ESTEVES, 2004).

Esta realidade pode, assim, apresentar alguns desafios à integração e ao acesso à habitação dos grupos socioeconomicamente mais vulneráveis (KNOX; PINCH, 2010; UNIÃO EUROPEIA; ONU-HABITAT, 2016). Deste modo, a localização geográfica dos imigrantes decorre do nível de privação socioeconómica dos indivíduos, constituindo uma situação de desvantagem de um grupo relativamente à comunidade local (TOWNSEND, 1987). A privação pode ser mensurada através do rendimento, emprego, transporte, qualificações, acesso a determinados serviços e ainda através da caracterização da habitação e do espaço de residência (CONSELHO DA EUROPA, 1997; SALMOND; CRAMPTON, 2002; VASQUEZ et al., 2016). Esta caracterização deve atender às temporalidades e espacialidades, uma vez que, ao contrário de outros grupos, os africanos tiveram maior facilidade de acesso ao mercado de habitação, tendo, em diversos casos, adquirido casa própria através do estímulo ao crédito bancário nos anos 1980 e 1990. Além disso, o padrão de distribuição espacial dos imigrantes naturais dos Palop está significativamente associado aos processos de realojamento realizados no âmbito do PER que, em múltiplos casos, realojou indivíduos que residiam em habitações abarracadas e precárias nas mesmas unidades territoriais, porém em fogos localizados em edifícios de habitação social, transformação que potenciou decréscimos significativos na sobrerrepresentação destes imigrantes em bairros de barracas na AML (MALHEIROS; FONSECA, 2011).

O acesso à habitação deve ser analisado como um problema de integração, uma vez que o emprego informal e baixos salários ou a situação de desemprego limitam as opções habitacionais (FONSECA, 1998; MALHEIROS, 2002).

4 RESULTADOS

Os imigrantes naturais dos Palop representavam, em 2011, 54,9% dos 392.311 imigrantes que residiam na AML. Considerando aquela proporção como total específico, dela fazem parte os indivíduos de nacionalidade angolana (39,3%), seguidos de cabo-verdianos (23,9%), moçambicanos (18,1%) e guineenses (11,4%). Por fim, surgem os imigrantes naturais de São Tomé e Príncipe (7,3%).

4.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS IMIGRANTES NATURAIS DOS PALOP

A distribuição geográfica dos QL dos cidadãos naturais dos Palop evidencia uma tendência para a concentração nos municípios da primeira coroa suburbana da AML, designadamente Amadora, Loures, Sintra, Almada, Moita, Barreiro e Seixal (Figura 1). A sua representação tende a ser particularmente significativa nos municípios da AML norte, destacando-se os municípios da Amadora (freguesias da Buraca, Reboleira ou Mina), de Sintra (freguesias de Monte Abraão, Agualva, Mira-Sintra, Cacém, São Marcos ou Queluz) e ainda o município de Loures, nas freguesias da Apelação, com o segundo maior valor da AML, Santo António dos Cavaleiros, Prior Velho e São Julião do Tojal. Na margem sul, a sobrerrepresentação é mais diminuta, destacando-se, porém, as freguesias da Amora e Laranjeiro, no Seixal, Trafaria e Caparica, em Almada, e Vale da Amoreira, no município da Moita, freguesia que apresenta o maior quociente de localização da AML em 2011.

As freguesias com uma menor sobrerrepresentação coincidem com os municípios da segunda coroa suburbana que cresceram demográfica e urbanisticamente mais tarde, essencialmente durante os anos 1980 e 1990. Consequentemente, as freguesias dos municípios de Alcochete, Montijo, Sesimbra, Palmela, Mafra e Vila Franca de Xira e ainda Oeiras e Cascais apresentam valores reduzidos (<0,9).

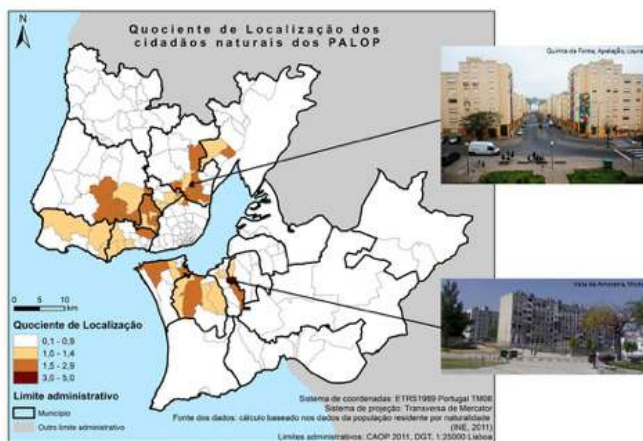


Figura 1 – Quocientes de localização dos cidadãos naturais dos Palop por freguesia na Área Metropolitana de Lisboa, 2011

4.2 FATORES DETERMINANTES DA LOCALIZAÇÃO DOS IMIGRANTES NATURAIS DOS PALOP NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA EM 2011

O ensaio de explicação dos diferentes níveis de concentração dos imigrantes naturais dos Palop nas freguesias da AML foi efetuado através de uma análise de regressão múltipla, em que os QL constituem a variável dependente. As variáveis independentes foram organizadas em três dimensões que permitem medir as características socioeconómicas das áreas residenciais: habitação, emprego e economia e dimensão social (Quadro I) (CONSELHO DA EUROPA, 1997; SALMOND; CRAMPTON, 2002; TOWNSEND, 1987; VASQUEZ et al., 2016). Outras variáveis, apesar de potencialmente relevantes, não foram integradas devido à inexistência de informação estatística fiável e desagregada ao nível da freguesia. Considerando que a informação estatística mobilizada foi produzida em 2011, é relevante referenciar uma desatualização latente dos dados censitários.

Dimensão	Variáveis selecionadas
Habitação	Proporção de alojamentos sobrelotados Proporção de alojamentos não clássicos Valor médio mensal das rendas Densidade populacional Proporção de famílias que são proprietárias ou coproprietárias de alojamento Proporção de edifícios novos construídos nos últimos 10 anos
Emprego e economia	Proporção de profissionais socialmente valorizados Taxa de desemprego Proporção de população com emprego não qualificado Proporção de população com ensino superior completo Proporção de famílias com 0 indivíduos empregados
Social	Proporção de alojamentos onde residem famílias numerosas (≥ 5 pessoas) Proporção de população que usa transportes públicos nos movimentos pendulares Proporção de população residente entre os 18 e os 24 anos com o 3º ciclo, mas que não frequenta o sistema de ensino Proporção de núcleos familiares monoparentais Proporção de população residente com 65 anos ou mais

Quadro 1 – Variáveis independentes do modelo de regressão⁶

Para clarificar os termos, definições e métodos explicativos do cálculo das variáveis selecionadas, sugere-se a consulta do Sistema de Metainformação do Instituto Nacional de Estatística: <http://smi.ine.pt/>

Com a aplicação deste modelo, apenas 8 variáveis explicam 80,2% da variação dos QL (Quadro II). Deste modo, 31% da variação é explicada pela taxa de desemprego, que se destaca nas áreas de elevada vulnerabilidade social. O grupo de imigrantes dos Palop tende também a estar sobrerrepresentado em áreas em que nenhum dos elementos do agregado familiar está empregado (13,1%). A terceira variável com um maior peso na variação dos QL decorre da presença dos imigrantes deste grupo em áreas caracterizadas por estratos familiares monoparentais (16,9%), isto é, em áreas onde as estruturas familiares são relativamente débeis.

Variáveis	AML 2011	
	Coef. β	T - value
(Constante)	-2,913	-11,162
Taxa de desemprego	0,177***	3,404
Proporção de famílias com 0 indivíduos empregados	-0,112** *	-2,605
Proporção de núcleos monoparentais	0,518***	9,647
Proporção de famílias que são proprietárias ou coproprietárias de alojamento	0,572***	11,551
Proporção de alojamentos sobrelotados	0,384***	7,358
Proporção da população residente entre os 18-24 anos com o 3º ciclo, mas que não frequenta o sistema de ensino	-0,249** *	-5,065
Proporção de alojamentos onde residem famílias numerosas (≥ 5 pessoas)	0,209***	5,441
Proporção de população que usa transportes públicos nos movimentos pendulares	0,181***	3,828
Estatísticas:		
R ² ajustado: 0,802*** Obs: 211 F: 107,189 Nota: *** Significativo ao nível de 1%		

Quadro 2 – Resultados do modelo de regressão (2011)

As variáveis independentes associadas aos restantes passos do modelo apresentam contributos para a explicação da variação dos QL bastante menos significativos. Ainda assim, a localização dos cidadãos naturais dos Palop é explicada pela proporção de famílias que são proprietárias ou coproprietárias do alojamento (7,7%). Por outro lado, a situação de vulnerabilidade socioeconómica deste grupo parece explicar o 5º passo de regressão que integra uma realidade de sobrelotação dos alojamentos (6,5%). Cada um dos passos seguintes explica menos de 2% da variação dos QL. Contudo, salienta-se ainda a entrada de uma variável

que volta a apontar para situações de baixo rendimento associadas à performance educativa (1,8%), facto que pode decorrer da incapacidade financeira de prosseguir os estudos, traduzindo-se em situações de abandono a fim de ingressar no mercado de trabalho.

Estes resultados permitem apenas identificar as variáveis que contribuem para a variação dos QL dos cidadãos naturais dos Palop. Neste momento, procuramos reduzir a complexidade da análise de regressão, identificando, através de uma análise de componentes principais, fatores que permitem explicar a variância total das características das áreas residenciais. Previamente testou-se a qualidade da matriz de atributos, tendo-se obtido valores considerados meritórios para a realização desta análise: teste de KMO = 0,793 e teste de esfericidade de Bartlett = Sig. 0,000.

A análise fatorial, após a rotação com a normalização de Kaiser (eigenvalue ≥ 1), permitiu a extração de três fatores que explicam uma variância total de 72,02% (Quadro III).

O primeiro fator, denominado “qualificações e situação socioeconómica”, contempla uma forte dimensão associada aos níveis de qualificação da população residente e da situação laboral. O fator apresenta uma relação positiva com variáveis associadas às reduzidas qualificações da população residente, ilustradas através da variável “Proporção da população residente entre os 18-24 anos com 3º ciclo, mas que não frequenta o sistema de ensino” (0,882), e à instabilidade no mercado de trabalho, resultante das baixas qualificações que se traduzem na inserção laboral em setores pouco qualificados, tal como representa a variável “Proporção da população com emprego não qualificado” (0,894), e vulneráveis, como ilustra a relação positiva e moderada que a variável “Taxa de desemprego” (0,612) apresenta com o fator. Em oposição, o fator relaciona-se negativamente com as variáveis que evidenciam características de elevadas qualificações, assim como uma situação de maior estabilidade perante o emprego. Por isso, as variáveis que se destacam são “Proporção de população com ensino superior completo” (-0,934) e “Proporção de profissionais socialmente mais valorizados” (-0,904). Em geral, as áreas onde os residentes são mais qualificados apresentam menores taxas de desemprego e, naturalmente, mais profissionais socialmente valorizados, traduzindo-se em situações de maior rendimento e, por conseguinte, em valores médios mensais de rendas mais elevados (-0,733), opondo-se, por isso, a situações de sobrelotação dos alojamentos que tendem a estar associadas a áreas de menor nível de qualificação e maior instabilidade laboral (0,592). Por outro lado, as áreas onde residem os indivíduos menos qualificados estão relacionadas com situações de

maior vulnerabilidade socioeconómica, nomeadamente situações de desemprego. Este fator explica 29,06% da variância total. Este fator não apresenta uma associação significativa com os QL dos imigrantes naturais dos Palop.

O segundo fator, designado “urbanização e urbanismo”, que explica 25,61% da variância total, está associado a situações que decorrem das condições da edificação, expansão urbana e modo de vida urbano. Consequentemente, as variáveis que apresentam uma maior relação com este fator são “Proporção de núcleos familiares monoparentais” (0,899), indicando a debilidade dos laços emocionais e uma certa instabilidade familiar e matrimonial que caracteriza o modo de vida suburbano, seguida da “Proporção de população que usa transportes públicos nos movimentos pendulares” (0,803) e da “Densidade populacional” (0,724). Com uma relação negativa e forte com este fator encontramos as variáveis “Proporção de famílias que são proprietárias ou coproprietárias do alojamento” (-0,693) e ainda “Proporção de edifícios novos construídos nos últimos 10 anos” (-0,724), confirmando a expansão suburbana iniciada nos anos 1960 e consolidada nas duas décadas seguintes. Salienta-se ainda que os *loadings* rodados do segundo fator apresentam uma relação moderada com a “Proporção de alojamentos sobrelotados” (0,600), assim como com os quocientes de localização (0,554). Deste modo, conclui-se que os imigrantes naturais dos Palop parecem localizar-se em áreas densamente povoadas e caracterizadas pela presença de alojamentos sobrelotados. Assumem ainda particular relevância as variáveis do uso de transportes públicos nos movimentos pendulares e a presença em áreas caracterizadas por núcleos familiares monoparentais.

Finalmente, o terceiro fator, que explica 17,35% da variância, evidencia características associadas à dimensão étnica e de estrutura etária, aparecendo representados positivamente no fator os QL dos imigrantes naturais dos Palop (0,688) e também a “Proporção de alojamentos onde residem famílias numerosas” (0,625). Por outro lado, este fator relaciona-se negativamente com a presença de famílias com 0 indivíduos empregados (-0,842) e com população com mais de 65 anos (-0,866), variáveis que introduzem uma dimensão associada ao envelhecimento. Consequentemente, observando os *loadings* rodados, conclui-se que os imigrantes dos Palop tendem a localizar-se em áreas de famílias numerosas e relativamente jovens.

Variável Loadings rodados	Qualificações e situação operante o emprego	Urbanização e urbanismo	Étnico e estrutura etária	Comunalidade
Proporção de alojamentos sobrelotados	0,592	0,600		0,779
Proporção de alojamentos não clássicos			0,102	
Proporção de profissionais socialmente mais valorizados	-0,904			0,888
Taxa de desemprego	0,612	0,566		0,730
Valor médio mensal das rendas	-0,733			0,626
Proporção da população com emprego não qualificado	0,849			0,849
Proporção de população com ensino superior completo	-0,934			0,911
Proporção de alojamentos onde residem famílias numerosas (≥ 5 pessoas)			0,625	
Densidade populacional		0,724		0,626
Proporção de famílias que são proprietárias ou coproprietárias de alojamento		-0,693		0,638
Proporção de famílias com 0 indivíduos empregados			-0,842	
Proporção de população que usa transportes públicos nos movimentos pendulares		0,803		0,711
Proporção da população residente entre os 18-24 anos com o 3º ciclo, mas que não frequenta o sistema de ensino	0,882			0,777
Proporção de núcleos familiares monoparentais		0,899		0,859
Proporção de população residente com 65 anos ou mais			0,866	
Proporção de edifícios novos construídos nos últimos 10 anos		-0,724		0,638
Quociente de Localização – naturais dos Palop		0,554	0,688	0,792
Eigenvalues depois da rotação	4,941	4,353	2,949	-
Variância explicada depois da rotação	29,06%	25,61%	17,35%	-

Quadro 3 – Resultados da análise de componentes principais

Método de extração fatorial: Análise de Componentes Principais;

Método de rotação: Varimax com a normalização de Kaiser.

Nota: loadings fatorais com |0,50| foram suprimidos.

Analisando a distribuição dos scores, verifica-se que o primeiro fator permite distinguir os eixos mais nobres da AML, onde se incluem grande parte das freguesias dos municípios de Cascais, Oeiras e Lisboa que apresentam uma elevada proporção de profissionais socialmente valorizados e de população com ensino superior completo, e os eixos de maior privação, pautados por situações de desemprego, emprego não qualificado ou sobrelotação dos alojamentos, destacando-se as áreas suburbanas de Loures, designadamente as freguesias da Apelação e Camarate, de Setúbal, Palmela, Montijo, Amadora e Vila Franca de Xira e parte do município de Sintra (Figura 2).

Considerando a distribuição dos imigrantes naturais dos Palop, constata-se que estes tendem a estar concentrados nas freguesias com elevados índices de privação socioeconómica e baixos níveis de qualificação e de instrução, como atestam os elevados valores dos QL nelas observados, problemas característicos de uma sociedade tradicional em transição.

O fator urbanização e urbanismo apresenta duas realidades distintas. Por um lado, as áreas centrais e históricas da cidade de Lisboa, onde predominam alguns alojamentos sobrelotados e arrendados, denotando-se uma densidade populacional relativamente elevada. Por outro lado, as áreas suburbanas da Amadora e Almada e algumas freguesias do município de Sintra mais próximas de Lisboa destacam-se pela elevada densidade populacional e pela presença de famílias monoparentais. É igualmente nestas áreas que a construção de edifícios nos últimos 10 anos é menor, uma vez que a expansão destas áreas suburbanas data da década de 1960, comprovando, assim, a sua localização em áreas de estruturação mais antiga. Comparando essa distribuição com os QL dos residentes naturais dos Palop, observa-se a mesma dualidade. Por um lado, as freguesias centrais de Lisboa que indiciam a estrutura etária envelhecida. Por outro lado, se atendermos às áreas de sobre-representação dos naturais dos Palop, vamos encontrar freguesias suburbanas que se caracterizam pela elevada densidade, baixo valor médio das rendas, pela presença de famílias monoparentais e uso elevado de transportes públicos nos movimentos pendulares.

O último fator considerado para a análise das áreas residenciais na AML é o fator étnico e de estrutura etária, normalmente representado em regiões com histórias coloniais e imigratórias (Figura 4). A distribuição dos scores deste fator, sobretudo dos mais elevados, coincide com as áreas de maior representação étnica de imigrantes naturais dos Palop. Consequentemente, a distribuição apresenta uma forte relação com a distribuição dos QL, verificando-se que a distribuição espacial deste fator permite identificar dois eixos de expansão residencial de imigrantes naturais

dos Palop: um eixo que se estende de Lisboa para nordeste, até Vila Franca de Xira, e outro eixo de expansão para oeste de Lisboa, seguindo o limite dos municípios de Oeiras-Cascais-Sintra, acompanhando, em ambos os casos, a rede ferroviária. Este padrão territorial evidencia ainda a relação do crescimento da imigração africana e a consolidação das comunidades originárias dos Palop. A estrutura etária está associada à época de construção dos edifícios residenciais, uma vez que, além de ser nos bairros mais antigos da cidade de Lisboa onde se encontram localizados a maior parte dos edifícios mais antigos e a população idosa, é igualmente conclusivo que as famílias mais jovens tendem a concentrar-se em urbanizações mais recentes.

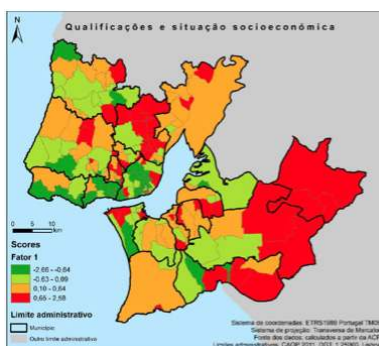


Figura 2 – Scores do fator “Qualificações e situação socioeconómica” por freguesia na Área Metropolitana de Lisboa, 2011.

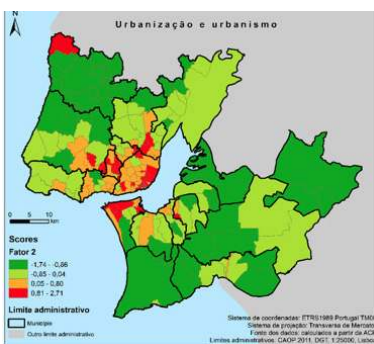


Figura 3 – Scores do fator “Urbanização e urbanismo” por freguesia na Área Metropolitana de Lisboa, 2011.

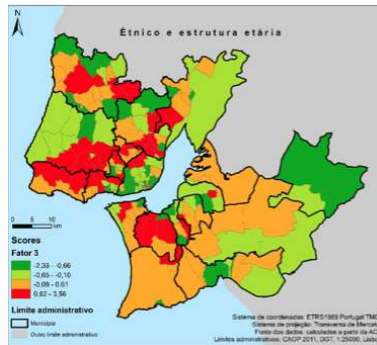


Figura 4 – Scores do fator “Étnico e estrutura etária” por freguesia na Área Metropolitana de Lisboa, 2011.

5 DISCUSSÃO

Apesar da história recente da imigração na AML no contexto europeu, há uma tendência de diversificação, uma vez que a proporção de população residente de naturalidade estrangeira tem recrudescido, sendo essencial considerar esta realidade no planeamento dos espaços urbanos, especialmente daqueles que se projetam internacionalmente (ESTEVES, 2004; GLAESER, 2012; KONDEPUDI; KONDEPUDI, 2015; MALHEIROS, 2005), uma vez que a habitação traduz uma das dimensões facilitadoras da integração dos imigrantes. Por exemplo, o bairro do Monte Abraão, no município de Sintra, que apresenta uma forte presença de imigrantes naturais dos Palop, revela um valor de contacto interétnico mais baixo, dado o seu carácter de dormitório no contexto metropolitano (FONSECA; MCGARRIGLE, 2013).

Os resultados apresentados enquadram-se nos da maioria dos estudos realizados sobre habitação e características socioeconómicas das áreas residenciais (KNOX; PINCH, 2010; MUSTERD et al., 2017; UNIÃO EUROPEIA; ONU-HABITAT, 2016). A distribuição geográfica dos diferentes grupos decorre do nível de privação socioeconómica, tal como ilustra o primeiro fator extraído: 29,1% do padrão de distribuição das áreas residenciais na AML decorre das qualificações e do contexto socioeconómico. Sendo um dos grupos étnicos socioeconomicamente mais vulneráveis, os residentes naturais dos Palop tendem a estar sobrerrepresentados em áreas de elevada e muito elevada privação e vulnerabilidade socioeconómica que decorrem de menores qualificações

e, conseqüentemente, de menor rendimento médio mensal, situações que, conjuntamente, afetam o seu acesso a habitação de qualidade, tendência que também se observa no caso de Barcelona (BAYONA-CARRASCO; GIL-ALONSO, 2011). Conseqüentemente, a combinação de elevadas taxas de desemprego, de emprego em setores não qualificados e de reduzidos níveis de escolarização refletem os problemas característicos de uma sociedade tradicional em transição, tal como verificou Fonseca (2008), e revelam que a vulnerabilidade social está intimamente relacionada com o estatuto socioeconómico, designadamente ao nível do emprego (tipo e estabilidade), rendimento e níveis de escolarização (BURTON; CUTTER, 2008). Esta combinação assume repercussões na estrutura socioespacial da AML, sendo particularmente evidente nas áreas onde os residentes provenientes dos Palop se concentram, designadamente na maioria das freguesias dos municípios da primeira coroa suburbana como Sintra, Amadora, Odivelas, Loures, Almada e Seixal, onde se verificam associações fortes a situações de desemprego, baixas qualificações e a áreas de habitação própria (MALHEIROS, 2005; MCGARRIGLE, 2015), mas de reduzida qualidade e de baixo custo, caracterizadas pela existência de alojamentos sobrelotados e de famílias numerosas (BAYONA-CARRASCO; GIL-ALONSO, 2011). Por isso, a localização residencial dos imigrantes naturais dos Palop decorre de situações de privação associadas a um sistema encadeado de qualificações-emprego-rendimento que afeta a qualidade da habitação e do espaço de residência (SALMOND; CRAMPTON, 2002; VASQUEZ et al., 2016), tal como ilustram os resultados dos fatores 1 e 2 e respectivos scores (FONSECA, 2008). Paralelamente, pode revelar-se um problema de integração, uma vez que a instabilidade no mercado de trabalho e o emprego pouco qualificado limitam as opções habitacionais (ARBACI; MALHEIROS, 2010; BAYONA-CARRASCO; GIL-ALONSO, 2011; FONSECA, 1998; MALHEIROS, 2002, 2005; MALHEIROS; VALA, 2004a, 2004b). Em síntese, os três fatores obtidos permitem concluir que a estrutura socioespacial da AML envolve dimensões associadas ao perfil socioeconómico dos habitantes, à estrutura e qualidade do espaço urbano e está ainda associada à estrutura demográfica e étnica das unidades territoriais. À semelhança de Fonseca (2008), verificou-se uma significativa associação entre situações de desvantagem socioeconómica e de qualidade do ambiente construído e a concentração de imigrantes naturais dos Palop.

Este estudo permitiu confirmar ainda a existência de uma tendência de localização dos imigrantes dos Palop nas áreas suburbanas da primeira coroa. Ainda assim, a sua localização estática nestas áreas traduz a apropriação informal do solo

para construção de habitação de baixa qualidade e barata que remonta aos anos 1960 (BAYONA-CARRASCO; GIL-ALONSO, 2011). A existência do estímulo ao crédito bancário nos anos 1980 e 1990 permitiu a aquisição de casa própria, o que contribui para a geografia estática da habitação dos imigrantes naturais dos Palop (ARBACI, 2008; ESTEVES, 2004; MALHEIROS; VALA, 2004a; MCGARRIGLE, 2015). Paralelamente, este padrão locativo relativamente estático decorre ainda dos impactos dos realojamentos efetuados no âmbito do PER durante os anos 1990 e seguintes (MALHEIROS; FONSECA, 2011).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante a discussão anterior, verifica-se que as áreas residenciais dos imigrantes naturais dos Palop estão associadas a elevados níveis de privação socioeconómica, decorrente das reduzidas qualificações e de emprego não qualificado, traduzindo-se na qualidade da habitação deste grupo.

A distribuição geográfica dos imigrantes dos Palop está associada às freguesias da primeira coroa suburbana e os QL deste grupo foram explicados em 80,2% por 8 variáveis. Salienta-se a concentração deste grupo em áreas caracterizadas por situações de desemprego (31%), confirmada ainda pela variável que traduz a inexistência de população empregada na família (13,1%), seguida de uma dimensão que configura as relações familiares nas áreas suburbanas: elevado peso de núcleos monoparentais (16,9%).

A fim de distinguir as diferentes características socioeconómicas das áreas residenciais na AML, a análise fatorial acabou por revelar resultados que comprovaram a sobrerrepresentação dos imigrantes naturais dos Palop nas áreas de menores qualificações e de maior vulnerabilidade perante o emprego (29,06%). Este fator realça uma dicotomia entre as áreas socialmente valorizadas, no eixo Lisboa-Oeiras-Cascais, e as áreas de maior privação socioeconómica, onde se incluem parte das freguesias com elevados níveis de concentração de imigrantes naturais dos Palop. O segundo fator traduz a dimensão da urbanização e do urbanismo (25,61%) e permitiu verificar que os africanos tendem a residir em áreas de elevada densidade populacional e onde o uso dos transportes públicos é elevado, assim como em áreas caracterizadas por famílias monoparentais. Além disso, a construção de edifícios novos nos últimos 10 anos é baixa, o que indicia uma certa antiguidade e degradação do edificado nas áreas suburbanas e, também, uma presença já consolidada deste que é o grupo imigratório mais antigo do Portugal pós-anos 1960. O fator étnico

compreende a geografia das áreas de maior representação étnica, conjuntamente com a estrutura etária (17,35%), identificando as áreas de maior sobrerrepresentação de imigrantes naturais dos Palop.

Estes resultados indicam que a maioria dos imigrantes naturais dos Palop reside em áreas caracterizadas por elevados níveis de privação e vulnerabilidade socioeconómica, situação que se traduz em limitações nas opções residenciais. Consequentemente, para minimizar esta realidade, os decisores políticos devem procurar reverter a tendência de polarização socioeconómica na distribuição da habitação que se reforçou com a crise financeira, situação que acentuou fenómenos de pobreza e exclusão social na AML (UNIÃO EUROPEIA; ONU-HABITAT, 2016). Deste modo, como sugerem Malheiros e Fonseca (2011), as políticas de habitação devem dirigir-se aos grupos que apresentem maiores índices de privação socioeconómica através da promoção da qualificação das áreas habitacionais e do planeamento de espaços públicos e áreas residenciais que possam estimular a solidariedade interétnica. Assim, deve apostar-se no mercado de arrendamento, garantindo o acesso à habitação condigna de famílias vulneráveis socioeconomicamente, e na habitação social de qualidade, assim como na reabilitação dos edifícios degradados onde residem os grupos mais vulneráveis socioeconomicamente, como é o caso dos africanos.

REFERÊNCIAS

AMIN, A. Ethnicity and the multicultural city: Living with diversity. **Environment and Planning A**, v. 34, n. 6, p. 959-980, 2002.

ARBACI, S. (Re)viewing Ethnic Residential Segregation in Southern European Cities: Housing and Urban Regimes as Mechanisms of Marginalisation. **Housing Studies**, v. 23, n. 4, p. 589-613, 2008.

_____. Ethnic segregation, housing systems and welfare regimes in Europe. **European Journal of Housing Policy**, v. 7, n. 4, p. 401-433, 2007.

_____; MALHEIROS, J. De-Segregation, peripheralisation and the social exclusion of immigrants: Southern European Cities in the 1990s. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 36, n. 2, p. 227-255, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1080/13691830903387378>.

BAYONA-CARRASCO, J.; GIL-ALONSO, F. Suburbanisation and international immigration: the case of Barcelona Metropolitan Region (1998-2009). **Journal of Economic and Social Geography**, v. 103, n. 3, p. 312-329, 2011.

BLALOCK, H. M. Towards a theory of minority-group relations. New York: Wiley, 1967.

BURTON, C.; CUTTER, S. Levee failures and social vulnerability in the Sacramento-San Joaquin delta area. **Natural Hazards Review**, v. 9, n. 3, p. 136-149, 2008.

COMISSÃO EUROPEIA. **The state of european cities: cities leading the way to a better future**. Bruxelas, 2016.

CONSELHO DA EUROPA. **Measurement and Indicators of Integration**. 1. ed. Bruxelas, 1997.

ESTEVES, A. **Imigração e cidades: Geografias de metrópoles multiétnicas – Lisboa e Washington DC**. 2004. 468 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2004.

FONSECA, M. L. Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais. In: LAGES, M. F.; LAGES, A. T. (Coord.). **Portugal: Percursos de interculturalidade**. Lisboa: ACIDI, 2008. p. 50-96

_____. Immigration, social-spatial Marginalisation and Urban Planning in Lisbon: Challenges and Strategies. In: VICENTE, P. (Org.). **Metropolis International Workshop Proceedings**. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 1998. p. 187-215

_____; MCGARRIGLE, J. Modes of neighbourhood embeddedness in three multi-ethnic neighbourhoods in Lisbon an exploratory analysis. **Finisterra**, v. 48, n. 96, p. 17-42, 2013.

GLAESER, E. Viewpoint: Triumph of the City. **Journal of Transport and Land Use**, v. 5, n. 2, p. 1-4, 2012.

KEARNS, A.; FORREST, R. Social cohesion and multilevel urban governance. **Urban Studies**, v. 37, n. 5-6, p. 995-1017, 2000.

KNOX, P.; PINCH, S. Difference and inequality: socio-economic and sociocultural patterns. In: KNOX, P.; PINCH, S. (Org.). **Urban Social Geography**. An Introduction. New Jersey: Prentice Hall, 2010. p. 67-83.

KONDEPUDI, S.; KONDEPUDI, R.. What constitutes a smart city. In: VESCO, A.; FERRERO, F. (Org.). **Handbook of Research on Social, Economic and Environmental Sustainability in the Development of Smart Cities**. IGI Global, 2015. p. 1-25.

LAURENCE, J.; BENTLEY, L. Does ethnic diversity have a negative effect on attitudes towards the community? A longitudinal analysis of the causal claims within the ethnic diversity and social cohesion debate. **European Sociological Review**, v. 32, n. 1, p. 54-67, 2014.

LETKI, N. Does diversity erode social cohesion? Social capital and race in British neighbourhoods. **Political Studies**, v. 56, n. 1, p. 99-126, 2008.

MALHEIROS, J. Ethni-cities: Residential patterns in the Northern European and Mediterranean metropolises - Implications for policy design. **International Journal of Population Geography**, v. 8, n.2, 107-134, 2002.

_____. Migrações. In: MEDEIROS, C. A. (Org.). **Geografia de Portugal – Sociedade, Paisagens e Cidades**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. p. 87-125.

_____. FONSECA, M. L. **Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal**. Lisboa: ACIDI, 2011.

_____. VALA, F. A problemática da segregação residencial de base étnica - questões conceptuais e limites à operacionalização: o caso da Área Metropolitana de Lisboa. **Revista de Estudos Demográficos**, Lisboa, v. 36, n. 5, p. 89-109, 2004a.

_____. Immigration and city change: The Lisbon Metropolis at the turn of the twentieth century. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 30, n. 6, p. 1065-1086, 2004b.

MCGARRIGLE, J. Islam in urban spaces: The residential incorporation and choices of Muslims in Lisbon. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 42, n. 3, p. 437-457, 2015.

MUSTERD, S. et al. Socioeconomic segregation in European capital cities. Increasing separation between poor and rich. **Urban Geography**, v. 38, n. 7, p. 1062-1083, 2017.

PRATSINAKIS, M. et al. Living together in multi-ethnic cities: People of migrant background, their interethnic friendships and the neighbourhood. **Urban Studies**, v. 54, n. 1, p. 102-118, 2017.

PUTMAN, R. E Pluribus Unum: Diversity and community in the twenty-first century. **Scandinavian Political Studies**, v. 30, n. 2, p. 137-174, 2007.

SALMOND, C.; CRAMPTON, P. **NZDep2001 Index of Deprivation**. Nova Zelândia. Department of Public Health, Wellington School of Medicine and Health Sciences, 2002. p. 1-14.

STURGIS, P. et al. Ethnic diversity, segregation and the social cohesion of neighbourhoods in London. **Ethnic and Racial Studies**, v. 37, n. 8, p. 1286-1309, 2014.

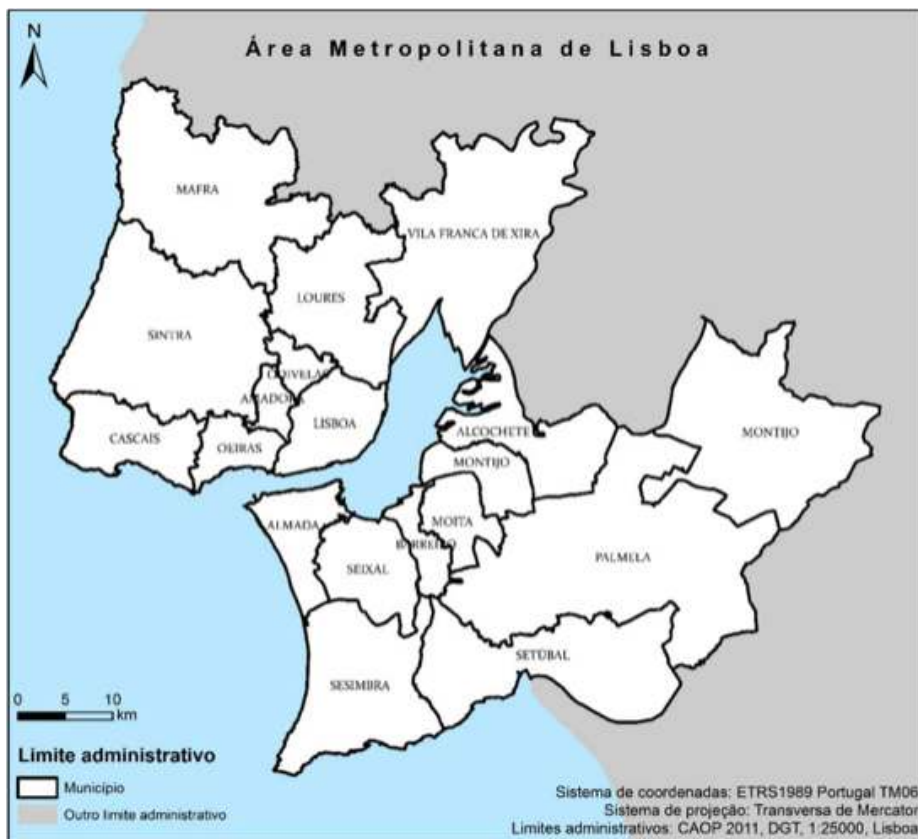
TOWNSEND, P. Deprivation. **Journal of Social Policy**, v. 16, p. 125-146, 1987.

VALENTINE, G. Living with difference: reflections on geographies of encounter. **Progress in Human Geography**, v. 32, n. 3, p. 323-337, 2008.

VASQUEZ, A.; CABIESES, B.; TUNSTALL, H. Where are socioeconomically deprived immigrants located in Chile? A spatial analysis of census data using an index of multiple deprivation from the last three decades (1992-2012). **PLoS ONE**, v. 11, n. 1, p. 1-19, 2016.

VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. **Ethnic and Racial Studies**, v. 30, n. 6, p. 1024-1054, 2007.

ANEXO A



Município ou concelho: entidade da divisão administrativa estatal dotada de personalidade jurídica e com uma certa autonomia administrativa.

Freguesia: designação atribuída às menores divisões administrativas, sendo subdivisões dos municípios com um conjunto de competências reduzido.

